

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA de SAÚDE MENTAL de ODIVELAS

ESTATUTOS

Capítulo I

Da Denominação, Sede, Âmbito e Objetivos

Artigo 1º. - A Associação denomina-se Associação Comunitária de Saúde Mental de Odivelas, ou abreviadamente ACSMO, e tem a sua sede provisória em 2675 Odivelas na Rua Aquilino Ribeiro, lote 9 – 5º, - Frente.

Artigo 2º - A Associação exerce a sua atividade nas freguesias de Caneças, Famões, Odivelas, Olivais de Basto, Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Ramada do Concelho de Odivelas, e é constituída por tempo indeterminado.

Artigo 3º - 1. A Associação é uma instituição particular de solidariedade social que visa a integração social e comunitária do doente mental e a promoção e defesa da solidariedade e cidadania a que tem direito, através de ações de carácter científico, cultural, recreativo e de investigação psicossocial.

2. A atuação da Associação pauta-se pelos princípios orientadores da economia social, definidos na Lei nº 30/2013, de 8 de Maio, bem como pelo regime previsto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Artigo 4º - Tendo em conta a sua finalidade, a Associação propõe-se a realização dos seguintes objetivos, fins e atividades principais:

- a) apoiar e defender os direitos o doente mental;
- b) promover e defender a saúde mental da comunidade;
- c) promover e defender a participação social do doente mental, contribuindo para a reinserção na comunidade;
- d) sensibilizar, esclarecer e mobilizar a opinião pública, nomeadamente através dos meios de comunicação social, para a problemática do doente mental, designadamente a relacionada com as dificuldades na

- sua reintegração social e no acesso aos mercados do trabalho e habitacional;
- e) sensibilizar e incentivar os órgãos autárquicos para a participação em iniciativas de diverso âmbito, com o objetivo de restituir o doente mental à comunidade a que pertence;
 - f) colaborar regularmente com as entidades e organismos com a responsabilidade na saúde mental, no emprego, na formação profissional, na cultura, no lazer e na habitação.
 - g) promover a criação de estruturas intermédias, como residências protegidas, apartamentos terapêuticos, comunidades terapêuticas, áreas de dia, empresas ou cooperativas sociais, permitindo, assim, a reabilitação e participação social do doente mental;
 - h) patrocinar e colaborar com outras entidades e associações científicas em realizações de mais variada índole, como colóquios, congressos, seminários ou reuniões, a fim de despertar a consciência do padecer psíquico e seu enquadramento no contexto psicossocial;
 - i) facilitar e promover a criação de laços afetivos entre os associados, proporcionando ao doente mental os contactos socio-familiares que lhe permitirão uma fácil integração social e profissional.
 - j) Apoio à integração social e comunitária do doente mental.

Artigo 4º - A – 1. A Associação pode também prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos, desde que esses fins sejam compatíveis com os fins definidos no artigo anterior.

2. A Associação pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades pela Associação criadas, mesmo que em parceria e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.

Capítulo II

Dos Associados

Artigo 5º - 1. A Associação poderá admitir como associados doentes mentais e antigos doentes, suas famílias, vizinhos e amigos, médicos, enfermeiros,

psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, terapeutas ocupacionais, antropólogos, autarcas, membros de associações de pais e de doentes, professores, educadores, associações de voluntários, magistrados judiciais e do ministério público, funcionários judiciais e demais pessoas, singulares ou coletivas, que venham a ser admitidas pela Direção.

2. Os associados que se tenham distinguido pela sua ação, mérito ou serviços prestados em prol da saúde mental ou da Associação poderão ser reconhecidos pela Direção como associados de méritos.

Artigo 6º -1. A admissão de associados é da competência da Direção que decidirá por maioria simples.

2. Das decisões da Direção sobre não admissão de associados cabe recurso, no prazo de 10 dias, para a Assembleia Geral que deliberará em sessão cuja agenda conste este ponto.

3. A deliberação da Assembleia Geral que der provimento ao recurso terá que ser aprovada por maioria qualificada de três quartos dos associados presentes.

Artigo 7º - São direitos dos associados:

- a) participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) eleger e ser eleito para os órgãos da Assembleia;
- c) requerer a convocação da Assembleia Geral, nos termos definidos no artigo 12º, nº3.
- d) participar nas atividades, iniciativas e realizações da Associação;
- e) examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos desde que o requeiram por rescrito, com a antecedência mínima de 8 dias, e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.

Artigo 8 - São deveres dos associados:

- a) pagar pontualmente as suas quotas;
- b) desempenhar com zelo os cargos para que foram eleitos;
- c) colaborar nas atividades, iniciativas e realizações para que forem indicados;
- d) observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes.

Artigo 9º - Para que possam exercer os seus direitos, os associados terão que ter as quotas em dia.

Artigo 10º - 1. Os associados que violarem os deveres estabelecidos no artigo 8º ficam sujeitos às seguintes sanções:

- a) repressão;
- b) suspensão de direitos até sessenta dias;
- c) demissão.

2. São demitidos os associados que por acto doloso tenham prejudicado materialmente a Associação.

3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do nº1 são da competência da Direcção.

4. A demissão é a sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

5. A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do nº1 só se efetivará após audiência obrigatória do associado.

6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

Artigo 12 - 1. Perdem a qualidade de associado.

- a) os que pedirem a sua exoneração;
- b) os que deixarem de pagar as suas quotas durante seis meses;
- c) os que forem demitidos nos termos do artigo 10º, nº2.

2. No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se eliminado o associado que, tendo sido notificado pela Direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de 30 dias.

Capítulo III

Dos Corpos Gerentes

Artigo 13º - O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

Artigo 14º - 1. A duração do mandato dos órgãos e corpos gerentes é de quatro anos, devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro do último ano de cada quadriénio.

2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o presidente da Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que deverá ter lugar na primeira quinzena do ano civil imediato às eleições.

3. Quando a eleição tenha sido efetuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, a posse poderá ter lugar dentro do prazo estabelecido no nº2, ou no prazo de 30 dias após a eleição, mas neste caso e para efeitos do nº1, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição.

4. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos corpos gerentes.

5. O presidente ou cargo equiparado só poderá ser eleito para três mandatos consecutivos.

Artigo 15º - 1. Em curso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão social, depois de esgotados os respetivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês e a posse deverá ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição.

2. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

Artigo 16º - 1. Os membros dos corpos gerentes só podem ser eleitos consecutivamente para três mandatos para qualquer órgão da Associação, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.

2. Não é permitido aos membros dos corpos gerentes o desempenho simultâneo de mais um cargo.

3. O disposto nos números anteriores aplica-se aos membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal.

Artigo 17º - 1. Os corpos gerentes são convocados pelos respetivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

3. As votações respeitantes às eleições dos corpos gerentes ou a assunto de incidência pessoal dos seus membros serão feitas, obrigatoriamente, por escrutínio secreto.

Artigo 18º - 1. Os membros dos corpos gerentes são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato; ou por gestão deficiente, com a possibilidade de exoneração.

2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:

- a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com a declaração na ata se sessão imediata em que se encontrem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

Artigo 19º - 1. Os membros dos corpos gerentes não poderão votar em assuntos que diretamente lhe digam respeito ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.

2. Os membros dos corpos gerentes não podem contratar, direta ou indiretamente, com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação.

3. Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das atas das reuniões do respetivo corpo gerente.

Artigo 20º - 1. Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões da Assembleia Geral em caso de comprovada impossibilidade de competência à reunião, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa com a assinatura notarialmente reconhecida, mas cada associado não poderá representar mais do que um associado.

2. É admitido o voto por correspondência sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos de ordem de trabalhos e a assinatura do associado se encontrar reconhecida notoriamente.

Artigo 21º - Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva mesa.

Artigo 22º - São órgãos da Associação:

- a) a Assembleia Geral;
- b) a Direção;
- c) o Conselho Fiscal;
- d) o Conselho Consultivo.

Artigo 23º - 1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.

2. A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa que se compõe de um Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário.

3. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá à Assembleia Geral eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 24º - Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da assembleia, representá-la e designadamente:

- a) decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
- b) conferir posse aos membros dos corpos gerentes eleitos.

Artigo 25º - Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) definir as linhas fundamentais de atuação da Associação;
- b) eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva Mesa e os membros dos órgãos executivos e fiscalização;
- c) apreciar e votar anualmente o orçamento e programa de ação para o exercício seguinte bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;
- f) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respetivos bens;

- g) Autorizar a Associação a demandar os membros dos corpos gerentes por atos praticados no exercício das suas funções;
- h) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.

Artigo 26º - 1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.

2. A Assembleia reunirá ordinariamente:

- a) no final de cada mandato, durante o mês de Dezembro, para a eleição dos corpos gerentes;
- b) até 31 de Março de cada ano, para discussão e votação do orçamento e programa de ação para o ano seguinte.

3. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, dez por cento dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 27º - 1. A Assembleia Geral deve ser convocada com, pelo menos, 15 dias de antecedência pelo Presidente da Mesa, ou seu substituto, nos termos do artigo anterior.

2. A convocatória é feita por meio de aviso postal expedido para cada associado, ou através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área da sede de Associação e deverá ser afixada na sede e noutros locais de acesso público, dela constando, obrigatoriamente, o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.

3. A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de 15 dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo de 30 dias, a contar da data da receção do pedido ou requerimento.

Artigo 28º - 1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada da convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto ou uma hora depois com qualquer número de presentes.

2. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 29º - 1. Salvo o disposto no número seguinte, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes.

2. As deliberações sobre as matérias contantes das alíneas e), f),g) e h) do artigo 25º só serão válidas se obtiverem o voto favorável de, pelo menos, dois terços dos votos expressos.

3. No caso da alínea e) do artigo 25º, a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de associados igual ao dobro dos membros dos corpos gerentes se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 30º - 1. Sem prejuízo do disposto no número anterior, são anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.

2. A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos corpos gerentes pode ser tomada na secção convocada para apreciação do balanço, relatório e contas de exercício, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

Artigo 31º - 1. A Direção da Associação é constituída por cinco membros dos quais um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal eleitos em sessão ordinária da Assembleia-Geral, por escrutínio secreto.

2. Compete à Direção:

- a) gerir e representar a Associação em Juízo ou fora dele;
- b) garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
- c) elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte;
- d) assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
- e) organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da Associação;
- f) zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação.

3. A Direção reunirá, pelo menos, uma vez por mês, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos membros presentes, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Artigo 32º - Compete ao Presidente da Direção:

- a) superintender na administração da Associação, orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respectivos trabalhos;
- c) assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de atas da Direção.

Artigo 33º - 1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Vogais eleitos em sessão ordinária da Assembleia Geral, por escrutínio secreto.

2. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar os atos da Direção;
- b) Dar parecer à Assembleia Geral sobre o relatório e contas da Direção;
- c) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões de Direção, sempre que entenda conveniente.

Artigo 34º - 1. O Conselho Consultivo é constituído por pessoas ou associações de reconhecida idoneidade e competência nas áreas da saúde mental e das ciências sociais e de instituições de suporte social que, para efeito. Forem expressamente convidadas pela Direção.

2. O Conselho Consultivo é um órgão de apoio da Direção, competindo-lhe, designadamente:

- a) Colaborar com a direção no plano de atividades da Associação;
- b) Dar parecer sobre todas as matérias que lhe sejam submetidas pela Direção.

3. O Conselho Consultivo reunirá sempre que julgar necessário.

Capítulo IV

Disposições diversas

Artigo 35º - São receitas da Associação:

- a) o produto das quotas dos associados;
- b) os subsídios, legados e donativos de que a Associação seja beneficiária;
- c) o produto da venda de publicações;

- d) as receitas provenientes de realizações levadas a cabo pela Associação;
- e) o pagamento de serviços prestados pela Associação.

Artigo 36º - Os casos omissos serão regulados pela Assembleia Geral que decidirá, por maioria simples, de acordo com a lei vigente.

